

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE 19JUN2020

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta minutos, reuniram-se no Auditório Maria Barroso, na Casa das Histórias Paula Rego os representantes do Conselho Municipal de Segurança, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

1.1. Período de antes da ordem do dia:

1.2. Intervenção do público:

1.2.1. Sr. Maurício Geraldelli

1.3. Tomada de posse de Conselheiros:

- 1.3.1. **Dr. Luís Pedro Russo Mota Soares**, Presidente da Assembleia Municipal de Cascais
- 1.3.2. **Dr^a Luísa Verdasca Sobral**, Magistrada Coordenadora da Procuradoria da Comarca de Lisboa Oeste
- 1.3.3. **Intendente Jerónimo Sanches Torrado**, Comandante da Divisão de Segurança a Transportes Públicos Rodoviários da PSP de Lisboa
- 1.3.4. **Capitão-de-mar-e-guerra João Coelho Gil**, Representante Local da Autoridade Marítima Nacional
- 1.3.5. **Inspetora Coordenadora Rute Esteves**, Chefe da Delegação Regional do SEF de Cascais
- 1.3.6. **Dr. Rui Pedro Castela Pacheco Almeida Ângelo**, Diretor Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
- 1.3.7. **Isabel Camarinha**, Secretária-Geral da CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
- 1.3.8. **Dr. Carlos Manuel Simões**, Secretário-Geral da UGT - União Geral de Trabalhadores
- 1.3.9. **Dr^a Maria Céu Garcia**, Administradora da Cascais Dinâmica
- 1.3.10. **Paulo Alexandre Pina Inácio**, Presidente da Associação de Profissionais de Pesca
- 1.3.11. **Eng^a Rita Isabel das Dores Batalha de Sousa**, Diretora da Autoridade Municipal de Transportes

2. Ordem do dia:

- 2.1. **Abertura dos trabalhos formais e considerações iniciais pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais**
- 2.2. **Aprovação da Ata da Reunião do Conselho de 04/12/2019;**

2.3. Análise e discussão da situação resultante da pandemia COVID-19 e do seu impacto nos índices de criminalidade no concelho de Cascais, com especial enfoque no crime de violência doméstica e noutros crimes contra pessoas vulneráveis;

2.4. Planos de atuação das Forças e Serviços de Segurança para garantir a segurança e ordem pública em tempos de pandemia;

2.4.1. Polícia Marítima;

2.4.2. Destacamento de Sintra da Guarda Nacional Republicana (dados de Alcabideche)

2.4.3. Divisão de Cascais da Polícia de Segurança Pública;

2.4.4. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

2.4.5. Destacamento de Trânsito de Carcavelos da Guarda Nacional Republicana (dados relativos ao Concelho de Cascais);

2.5. Breve apresentação (3 a 5 min) pelo Secretariado dos Bombeiros Voluntários do Concelho;

3. Considerações finais e encerramento dos trabalhos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Pelas nove horas e trinta minutos, deu início à sessão o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Eng. Miguel Pinto Luz, com apresentação de cumprimentos aos presentes, informando que estava em representação do Sr. Presidente, Dr. Carlos Carreiras, por o mesmo estar impossibilitado por razões de índole pessoal. Informou ainda que tínhamos neste Conselho Municipal de Segurança uma intervenção do público no período antes da ordem do dia, do Sr. Marco Geraldelli, passando-lhe a palavra de imediato.

O Sr. Maurício Geraldelli deu início à sua intervenção referindo que a pediu uma vez que é morador em Cascais há quase quatro anos, fazendo-se acompanhar do seu vizinho que mora no local há mais de trinta anos. Passou então a explicar que a Praça João Martinho de Freitas, é frequentada por grupos de pessoas que ali chegam, mas não residem na praça, fazem barulho, consomem bebidas alcoólicas e fumam (não sabe muito bem o quê), com cães e a jogar à bola. Frisou que tudo o anteriormente dito seria normal, se não acontecesse depois da meia-noite ou uma hora da manhã. Voltou a referir que o grupo em questão não mora ali, apenas vai tirar o sossego dos moradores.

Referiu que não sabe se o Conselho Municipal de Segurança é local apropriado para falar do caso, mas que perante a situação incómoda que tem vivido, procuram ajuda, no sentido de saber o que fazer, uma vez que a Praça João Martinho de Freitas é um local tranquilo com pouco movimento, tem um parque infantil (que de momento está encerrado), existe também um local com mesas e cadeiras, tudo isto é um convite para o convívio que o grupo faz ali durante a noite. Referiu que constantemente ligam para a PSP a pedir ajuda, a qual se desloca ao local, o grupo vai embora, assim que a PSP sai, o grupo regressa. Frisou o facto de na Praça morarem pessoas idosas, estarem crianças a dormir e também as pessoas que no dia seguinte tem que ir trabalhar. Referiu que antes da pandemia acontecia todos os dias, no período de confinamento não aconteceu tanto, esta semana ainda só aconteceu uma vez. Pergunta se existe alguma ronda que se possa fazer com frequência ao local.



O Sr. Vice-Presidente agradeceu a intervenção e passou a palavra ao Sr. Comandante da esquadra da PSP de Cascais, que informou que após pesquisa efetuada por ruído só neste ano encontrou quatro participações, às quais a PSP deu sempre resposta e sempre que a PSP chega ao local os grupos acatam as ordens e dispersam, mantendo-se a Polícia ainda no local por mais algum tempo. Referiu que tal como o Sr. Maurício Geraldelli tinha mencionado, o espaço em questão é aprazível para as reuniões, disse ainda que no mesmo local existem dois cafés dos quais não tem quaisquer problemas, embora a PSP passe no local. Termina agradecendo que sejam chamados, sempre que se verificarem as situações de ruído.

O Sr. Vice-Presidente agradeceu os esclarecimentos do Sr. Comandante da PSP de Cascais e perguntou ao Sr. Maurício Geraldelli se queria fazer mais alguma pergunta, o qual agradeceu dizendo que estava esclarecido quanto aos procedimentos a seguir, tendo no entanto ficado com a sensação que a situação em causa não tinha importância para outros, acrescentando que uma vez chamaram a atenção do grupo e o prédio onde ele reside foi logo de seguida grafitado, como tal as pessoas ficam com medo e recorrem à polícia.

O Sr. Vice-Presidente voltou a agradecer a presença, e passou então ao ponto 2 da ordem de trabalhos, aprovação da Ata da Reunião do Conselho Municipal de Segurança de 04/12/2019, que foi aprovada por unanimidade.

Dando continuidade à ordem de trabalhos, passando assim à Tomada de Posse dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança.

Tomaram posse o Dr. Luís Pedro Russo Mota Soares, Presidente da Assembleia Municipal de Cascais; Dr.^a Luísa Verdasca Sobral, Magistrada Coordenadora da Procuradoria da Comarca de Lisboa Oeste; Intendente Jerónimo Sanches Torrado, Comandante da Divisão de Segurança a Transportes Públicos Rodoviários da PSP de Lisboa; Capitão-de-mar-e-guerra João Coelho Gil, Representante Local da Autoridade Marítima Nacional; Inspetora Coordenadora Rute Esteves, Chefe da Delegação Regional do SEF de Cascais; Dr. Rui Pedro Castela Pacheco Almeida Ângelo, Diretor Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais; Eng.^a Rita Isabel das Dores Batalha de Sousa, Diretora do Departamento da Autoridade Municipal de Transportes. Por motivo de estarem ausentes, não tomaram posse os restantes membros a empossar.

O Sr. Vice-Presidente passou ao ponto 3 da ordem do dia, a análise da situação resultante da Pandemia COVID-19 e do seu impacto nos índices de criminalidade no concelho de Cascais, com especial enfoque no crime de violência doméstica e noutros crimes contra pessoas vulneráveis, mencionando que se iriam assim juntar os pontos 3 e 4 da ordem de trabalhos:

Autoridade Marítima - Capitão do Porto de Cascais - Capitão-de-Fragata Rui Teixeira
- Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, referindo que está em funções em Cascais desde março de 2020. Assim o que leva ao Conselho Municipal de Segurança é uma breve apresentação sobre a preparação da época balnear que está em curso e toda a envolvente que a Capitania teve no processo que está em curso no âmbito da Pandemia que ainda hoje vivemos. Assim dividiu a sua apresentação em três pontos: área de jurisdição, meios ao dispor e plano de atuação.

Relativamente à área de jurisdição a Capitania do Porto de Cascais abrange 4 municípios: Torres Vedras, Mafra, Sintra e Cascais, numa área geográfica de cerca de 70km de costa, com a gestão de 2 fundeadores em Cascais, os quais são bastante concorridos. Mencionou também que têm sob a sua jurisdição 37 praias, 5 km de areal balnear, 55 concessionários e 14 planos integrados de segurança.

Em termos de meios e disposição territorial, grande parte dos recursos encontram-se situados em Cascais a saber: a Capitania, o Comando Local, a Estação Salva-Vidas e um Posto da Polícia

Marítima na Marina de Cascais, embora exista também um outro Posto da Polícia Marítima na Praia das Maças e na Ericeira, nesta última também há uma estação Salva-Vidas. Em termos de recursos humanos a Capitania de Cascais dispõe de 6 elementos entre militares e civis, 15 agentes da Polícia Marítima, 6 elementos na Estação Salva-Vidas, embora para esta época balnear tenha havido um reforço no âmbito do programa *SeaWatch* de mais 2 militares, os quais se fazem deslocar nas viaturas *Amarok* e outros 9 militares também da marinha (num projeto apeadado), que estão no patrulhamento das praias. Referiu que em termos de viaturas e meios possuem 3 viaturas TT, 1 viatura ligeira, 1 moto 4 e 2 viaturas *Amarok* do programa *SeaWatch*. Relativamente aos meios náuticos na estação Salva-vidas de Cascais possuem 1 embarcação salva-vidas, 1 embarcação rápida e 1 mota de água, a Polícia Marítima também tem 1 embarcação semirrigida e uma mota de água.

Quanto ao enquadramento daquilo que foi a preparação de toda a fase de pandemia, mencionou que como todos os organismos, em estado de emergência, também a Capitania teve uma diminuição significativa de recursos humanos disponíveis, o que trouxe dificuldades acrescidas, juntando também o conjunto alargado de alterações legislativas fazendo com que tivessem de adaptar de forma bastante dinâmica às orientações ao longo de semanas, não só em termos da legislação referente ao COVID 19, mas também toda a legislação associada às praias. A que foi desenvolvida pela APA, e demorou um pouco em termos de implementação, lembrou que a época balnear em Cascais apenas teve início há poucos dias, e duas semanas antes as entidades envolvidas ainda tinham dúvidas como seria o controlo das praias, se ia haver controlo das praias, se depois das praias cheias se permitiria ou não o acesso das pessoas a essas mesmas praias. Referiu que existiam imensas dúvidas, que foram esclarecidas muito acima da abertura da época balnear. Referiu que toda esta demora fez com que a Capitania tivesse de dialogar e estar muito próxima de todas as entidades envolvidas no domínio público marítimo.

Mencionou que como Cascais tem uma fronteira, estiveram muito próximos com o SEF e com a Marina de Cascais, assim como com a Autoridade de Saúde, o que permitiu ter sempre o controlo do que eram as solicitações quer dos desembarques, quer de repatriamentos, ou ainda em termos de trabalhos de manutenção da Marina.

Mencionou que decorreu também em simultâneo o processo de transferência de competências da Autoridade Marítima para a Câmara Municipal de Cascais, processo este que está ainda a decorrer, mas tem sido bastante positivo.

Quanto à preparação da época balnear, mencionou algumas dificuldades, mencionado que os postos de praia são o que permite à Capitania abrir as praias numa época balnear, assim de 45 vistoriados inicialmente e numa primeira fase passaram 6, frisou que até haveria coisas que se poderiam agilizar, embora se estivesse a falar de segurança, assim alguns desses postos só há 4ª vistoria é que a Capitania conseguiu que a situação ficasse resolvida. Houve um trabalho bastante lento da parte dos concessionários, o que levou a Capitania a um trabalho ainda mais lento. Referiu que nesta altura estão a decorrer as vistorias às áreas concessionadas o que já não é uma preocupação tão grande uma vez que a exploração do areal quando estiver em condições será feita a vistoria final, de momento está a ser feita em conjunto com a Câmara Municipal de Cascais e com resultados positivos.

Em termos de atuação no terreno, mencionou que recebeu um conjunto de militares e duas viaturas que se destinam a 2 ações muito distintas: os militares apeados estão colocados nos paredões de Cascais e Carcavelos, as viaturas que cobrem todas as áreas não cobertas por esses militares, mas que se destinam a praias não vigiadas – que são uma preocupação da Autoridade Marítima -. Referiu que tem a perceção que este ano atendendo a toda esta situação pandémica que se vive, vá haver uma maior procura por essas praias não vigiadas e então essas viaturas serão destinadas para esse trabalho. Assim mencionou que tem a capacidade de monitorizar toda a faixa de 70km de costa, trabalho desenvolvido entre a Autoridade Marítima e o Instituto Hidrográfico, o qual permite ter a georreferenciação de todos

os meios (militares e viaturas) que estão no terrenos e mesmo as embarcações salva-vidas quando no desempenho de uma ação, para assim em tempo real terem a informação de onde estão. Referiu que facilita imenso em termos de comando e controlo, bem como em termos de alocação de meios para uma determinada situação.

Mencionou que a Dra. Mónica Araújo, da Protecção Civil disponibilizou capacidade para que a Capitania pudesse empenhar a Protecção Civil naquilo que entendesse ser necessário para esta época balnear, assim frisou irá decorrer uma reunião para a cobertura da área da praia da Parede, o que vai libertar uma viatura, para a zona entre a Boca do Inferno e o Magoito. Referiu que este é um exemplo de boa colaboração que tem sentido entre as várias entidades do Município. Quanto às funções da Policia Marítima, as mesmas encontram-se no artº. 32 do Dec. Lei 24/2020, mas não só, pois a preocupação do Capitão do Porto não é só a fiscalização mas também a área do socorro, salvamento, aconselhamento que é fundamental.

Terminou a sua apresentação agradecendo a todos os presentes.

O Sr. Vice-Presidente agradeceu e passou de imediato a palavra ao Subdestacamento da GNR de Alcabideche.

Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial da GNR de Sintra representada pela Comandante do Subdestacamento da GNR de Alcabideche Tenente Inês Rabaça - Iniciou a sua apresentação cumprimentando todos os presentes, referindo que iria apresentar os dados relativos a Alcabideche, área de intervenção da GNR. Destacou o prazer que é trabalhar em Cascais, referindo que quem já trabalhou noutros pontos do país nota a diferença quando vem para aqui, mencionando que não tem por hábito fazer elogios uma vez que é de uma força de segurança imparcial, mas este é o fórum onde se devem dizer este tipo de coisas, uma vez que a Câmara Municipal de Cascais é o exemplo a seguir e o combate à epidemia COVID-19 foi um exemplo claro do que é trabalhar em prol do cidadão do município. Acrescentou que, tendo a população feito chegar à GNR a mensagem, que apesar de contarem com o apoio das forças de segurança, também a Câmara de Municipal de Cascais tem estado de forma exemplar no combate a esta epidemia.

Assim a nível do Destacamento, referiu que tem o Comandante e o Adjunto, depois tem várias secções e núcleos que pertencem ao Destacamento em variadas funções, a secretaria, núcleo de proteção ambiental, seção de programas especiais, núcleo de investigação criminal, e as 4 subunidades que compõe este destacamento nomeadamente 2 Subdestacamento: o de Alcabideche, Sintra e 2 Postos: o de Colares e Pero-Pinheiro. Referiu que a sua área de intervenção é toda a freguesia de Alcabideche.

Mencionou que relativamente à COVID-19, a Guarda implementou uma série de procedimentos ao longo do tempo muito antes do estado de emergência e resumidamente passou a explicar que para além das funções diárias da GNR, que não terminaram com a Pandemia, também tiveram uma série de diretivas, operações e implementação de procedimentos de segurança no que tocou à epidemia COVID-19, passando de seguida a mencionar o que implementado pelo Comando-Geral a todas as subunidades da Guarda desde o dia 3MAR2020, até ao dia de hoje e que se manterá nos próximos tempos: "Controlo, prevenção e vigilância pelo COVID-19", é o nome do documento implementado e direcionado para todos os militares da Guarda com base nas orientações da Direção Geral de Saúde de 24FEV, e que a partir desse momento todos souberam o que eram procedimentos que teriam de adotar dentro das subunidades e também fora em cada tipo de ocorrência. Assim, a Guarda soube de imediato como atuar, ajudar, e sensibilizar todas as pessoas com quem teria contato. Foram assim colocados no dispositivo várias instruções complementares a este plano de contingência, assim a cada dia que a DGS implementava novas medidas – surgia um comunicado do Comando-Geral, desde o início a saúde e salvaguarda dos seus militares foi a preocupação do comando-Geral e isso foi explanado na 1ª linha de todas as diretivas.

Referiu então que a 3MAR2020, iniciou-se o plano de contingência da GNR, a 18MAR2020 inicia-se o Estado de Emergência em Portugal, a 21MAR2020 dá-se início à operação COVID-19, a Sra. Tenente Inês Rabaça, alertou para o facto de que quando se diz operação, se está a falar em várias dinâmicas e não em operação rodoviária, tendo passado a descrever que a da GNR foi sem dúvida de sensibilização, e foram muitos elementos tanto da policia, como da guarda que fizeram ações de sensibilização de várias formas de quais as regras a cumprir. Frisou que as forças de segurança tinham essa função: fiscalizar, sensibilizar e esclarecer quais as regras do jogo que todos os cidadãos tinham que cumprir, fazendo-o de diversas formas: apeada, operações de fiscalização – apesar de reduzida – porque a preocupação era passar a mensagem e esclarecer as duvidas que começavam a surgir.

Mencionou os milhares de telefonemas por dia para o posto de Alcabideche, não por ocorrências, mas por esclarecimento de dúvidas e pedidos de ajuda.

Mencionou que todo o estado de emergência foi coberto com inúmeras operações, a saber:

2ABR2020 – Operação Recolhimento Geral; 7ABR2020 – Operação Páscoa em Casa; 16ABR2020 – Operação Fique em Casa II; 22ABR2020 – Operação Fique em Casa III; 29ABR2020 – Operação Transição Segura, mencionou que todos os decretos-lei e orientações da DGS foram injetados nestas operações começando assim a passar a mensagem a todas as pessoas que eram fiscalizadas, abordadas ou questionadas. A 3MAI2020 deu-se início ao Estado de Calamidade e a 4MAI2020 – Operação Transição Segura II.

Relativamente aos procedimentos implementados em todas as operações acima referidas, a Sra. Tenente Inês Rabaça referiu que no plano inicial de contingência a gestão de recursos humanos foi a principal preocupação de 1ª linha do Comando-Geral, assim no Subdestacamento de Alcabideche suspendeu-se a NEP (norma de execução permanente), a qual regula o horário de referência dos militares, e assim flexibilizou a hipótese de colocar os militares de prevenção o máximo de dias que se conseguisse (em Alcabideche estiveram, de acordo com as orientações da DGS, 15 dias de prevenção no domicílio e 15 dias em horário de trabalho, com tudo inerente a isso), foi assim feita uma reviravolta a nível de horários e descansos com o objetivo de ter o máximo de militares disponíveis e com saúde para se manter a atividade operacional. Mencionou que nas diretrizes do plano de contingência foi determinado que cada subunidade tinha que ter uma sala de isolamento com vários tipos de materiais e vários tipos de procedimentos. Referiu que ainda antes do estado de emergência tinha sido distribuído diverso material de proteção individual: mascarar, viseiras, luvas, gel desinfetante e barreiras acrílicas para as zonas de atendimento. Tiveram também que formar muito as pessoas: higiene das mãos, etiqueta respiratória, colocação das mascarar, conduta social. Informou o CMS que eram feitos também reportes diários de militares suspeitos ou doentes, testes COVID-19 efetuados pelo centro Clínico da Guarda, desinfecção regular das viaturas nas instalações da Câmara Municipal de Cascais. Referiu que o posto de atendimento do Hospital de Cascais esteve sempre ativo, tendo sido disponibilizados fatos de descontaminação para os militares que ali fazem serviço e tinham de intervir no piso onde estão a ser tratados doente COVID-19.

Passou então a mencionar as missões efetuadas:

Contato com militares reformados (grupos de risco), contato telefónico diário com idosos isolados sinalizados, divulgação de mensagens sonoras na via pública, operações de fiscalização e sensibilização rodoviária e a estabelecimentos, operações de fiscalização a transportes públicos (usos de mascarar), controlo de isolamento obrigatório de doentes nos domicílio em coordenação com as Autoridades de Saúde e ainda controlo de permanência no domicílio obrigatória de reclusos.

Relativamente às ocorrências, mencionou que houve um nº muito mais reduzido, assim no período compreendido entre 18MAR e 15 JUN2020, as ocorrências criminais foram 75, e no

mesmo período do ano passado 397, quanto aos detidos em 2019 houve 31 em 2020 houve 15, este facto deveu-se porque o país parou e as ruas estavam vazias.

Relativamente à violência doméstica os nºs também baixaram de 30 queixas em 2019, para 21 em 2020, o furto em veículo passou de 24 em 2019, para 11 este ano; furto em residência baixou significativamente de 20 para 5 em 2020, furto em estabelecimento em 2019 houve 38, em 2020 apenas 5. Quanto a roubos passou de 8 em 2019, para apenas 2 neste ano. No que diz respeito a crimes contra idosos passou de 40 em 2019 para 9 em 2020, o mais crítico referiu são as burlas e ofensas à integridade física.

Referiu que a violência doméstica é uma tipologia de crime gravíssima em Portugal, que todos nós somos parte da solução, todos somos pessoas, todos temos olhos, todos temos família e amigos. Por isso somos parte de solução e não do problema, por isso mencionou que era com muita felicidade que trazia a notícia de um senhor que era maltratado no seu domicílio por pessoas a quem tinha alugado um quarto e deixou de ver. Há uns tempos a GNR conseguiu colocar esses indivíduos (em parceria com o Ministério Público), em prisão preventiva. Esta semana o senhor voltou a ter a sua visão e está muito mais independente. Este senhor era vítima de violência doméstica e escravatura. Relembrou que todos somos parte da solução.

Terminou a sua apresentação avançando com a informação de que estava em processamento uma vez mais em parceria com a Câmara Municipal de Cascais o sistema de CCTV na freguesia de Alcabideche, a qual está em fase de concurso público e é uma grande novidade, não é inovador, já existe noutros pontos do país, mas a GNR vai fazer o máximo para que avance, pois é mais uma forma de colocar meios no terreno.

O Sr. Vice-Presidente chamou para fazer a sua apresentação o Comandante da Policia de Segurança Pública de Cascais

Polícia de Segurança Pública – Divisão de Cascais – Subintendente Reinaldo dos Santos – Cumprimentou não só os membros do Conselho Municipal de Segurança, mas todos os presentes e iniciou a sua apresentação com um voto de apreço a todos os Conselheiros pela dedicação e empenho com que cada uma das instituições ali representadas apresentaram durante esta pandemia, foi sem duvida o melhor contributo para minimizar as consequências da mesma, e ao mesmo tempo o reconhecimento do excelente trabalho que foi feito no município de Cascais nesta luta que ainda perdura, referiu que ainda há muito trabalho pela frente.

Passou então a apresentar os registos criminais, e o seu impacto na pandemia, que os teve, assim como nas nossas vidas profissionais e pessoais, referiu. Apresentou um resumo dos acidentes de viação e as suas consequências e por fim mencionou as ações desenvolvidas no período que vivemos e que é a pandemia com medidas definidas para o combate quer à pandemia quer também à questão da ordem publica. Relativamente aos registos criminais foi registada uma descida da criminalidade geral desde julho de 2019 com 752, tendo-se verificado no final do mesmo ano 637, verificou-se depois entre janeiro e fevereiro de 2020 uma ligeira subida, com aproximadamente 660 ocorrências, para depois com o inicio do estado pandémico se verificar uma descida acentuada nos meses de março e abril nos quais se houve 446 e 322 respetivamente contra 676 e 643 em igual período do ano passado, quanto ao mês de maio já se verificou uma subida passando para 533 ocorrências o que é coincidente com o período de desconfinamento, mas ainda abaixo com o mesmo mês de 2019 onde se registaram 703. Assim com o recolhimento dos cidadãos verifica-se uma baixa das ocorrências e com o desconfinamento aumentam então as mesmas. Conclui-se portanto que os índices criminais tiveram uma influência com as medidas decretadas pelo estado de emergência e da situação de calamidade originado pela pandemia. Passou então a pormenorizar alguns tipos de crime



passando em seguida a incidir mais em detalhe sobre a violência doméstica. Referiu então que no que ao roubo por esticção diz respeito em março e abril os dados foram muito satisfatórios, ou seja 0 e 1 respetivamente, contra 3 e 7, para o período homólogo, sendo que em maio já se verificou um aumento razoável (11), comparando com os dois meses anteriores e ao mesmo mês do ano passado (2).

Quanto a outros roubos na via pública também se verificou uma descida nos meses de março e abril, embora em março ainda com 7 ocorrências, voltando a subir em maio para 10, comparando com o mesmo mês do ano anterior não houve grande oscilação (8). Quanto ao furto por carteirista verificou-se uma descida considerável em março com 5 ocorrências coincidindo com o início da pandemia, sendo que em abril e maio não foi registada qualquer ocorrência deste tipo, refletindo-se aqui a crise do turismo, uma vez que este tipo de crime tem como alvo principal o turista.

Relativamente ao furto em veículo motorizado também se verifica uma descida a partir do mês de março até há presente data quando comparado com o período homólogo, ou seja março 15 - 8; abril 19 - 12; maio 29 - 12. Voltou-se a verificar uma descida acentuada em furto a veiculo motorizado, mas aqui falando no furto do interior do mesmo e seus componentes, na ordem dos 50% ao período homólogo tendo como referência o inicio da pandemia, assim: em 2019 março - 34; abril - 23; maio - 29; em 2020 março 17; abril - 16; maio 12.

No que diz respeito ao furto em residência, verificou-se também uma descida nos meses de abril (23) e maio (13), comparativamente aos mesmos meses de 2019 onde se verificaram 33 e 23 furtos respetivamente, poder-se-ia pensar que esta descida era mais acentuada uma vez que as pessoas estavam em casa, mas este tipo de crime é muitas vezes praticado com as pessoas no domicílio.

No que ao furto em estabelecimento comercial ou industrial com arrombamento diz respeito, não se manteve a tendência de descida com o início do período pandémico, mas só em abril, isto é um pouco o reflexo do que foi o mês em que vivemos em estado de emergência, assim em março registaram-se 7 ocorrências, em abril 0 e maio 7. Relativamente a burlas, e este é um crime que em princípio não deveria ter qualquer influência na pandemia, uma vez que os registos da PSP são de burlas informáticas, e dever-se-ia esperar um aumento significativo, uma vez que a maioria das pessoas estava confinada em casa e muitas vezes com computador disponível para aceder a *sites* de compras nos quais se verificam muitas vezes o maior registo de burlas informáticas, ou seja nos últimos tempos tivemos um aumento significativo, contudo em março verificou-se uma descida para 45 queixas, quando comparado com os primeiros meses deste ano, onde se verifica janeiro com 93 e fevereiro com 78, passa depois em abril para 34 e em maio sobe novamente para 61 burlas.

Quanto à violência doméstica, referiu que se pensava que este tipo de crime poderia aumentar devido ao confinamento das pessoas nos seus domicílios, tendo-se verificado uma ligeira descida nos meses de março (22) e abril (20), quando em igual período do ano passado havia 26 ocorrências em março e 24 em abril, e mais significativa no mês de maio com 26 queixas, contra 38 em período homólogo. Mencionou ser este um tema muito sensível, que preocupa a todos e preocupa grandemente as forças de segurança, e por preocupar as forças de segurança tal como referiu no último CMS, a Divisão de Cascais, iria apostar muito na capacidade, ou na melhoria da capacidade de resposta a dar a este tipo de crime, assim no inicio de janeiro foi constituída uma equipa com 5 elementos dedicados exclusivamente a esta temática sendo apoiados por todo o dispositivo operacional da Divisão de Cascais no desenvolvimento de diversas ações e desenvolvimento dos processos. O objetivo tomado pela Divisão de Cascais como prioritário foi iniciar diligências logo que se toma conhecimento da ocorrência do crime, ou seja imprimindo uma dinâmica no processo de investigação criminal nomeadamente nos de risco elevado afim de permitir a aplicação imediata de medidas que previnam novas ocorrências de agressão. Informou os presentes que neste momento os resultados são bastante gratificantes, fruto do empenho dos elementos policiais mas também pela excelente

articulação com o Ministério Público de Cascais. Assim com início do projeto verificou-se nos meses de janeiro e fevereiro há uma resolução de saída de processos de 34 e 51 respetivamente, que tem um nº superior ao nº de entradas ou seja, janeiro com 29 e fevereiro com 43. Com o início da pandemia verificou-se uma quebra na capacidade de resposta, também derivado à suspensão das diligências de investigação, assim entraram 42 processos em março tendo saído 39, em abril verificou-se a entrada de 39, tendo saído apenas 18, em maio deram entrada 47 e saíram 35.

Relativamente ao nºs da violência doméstica o Sr. Intendente Reinaldo dos Santos trouxe os dados relativos a março (26 e 22), abril (24 e 20) e maio (38 e 26) de 2019 e 2020, para se poder fazer a comparação em período homólogo. Quanto aos processos em curso de janeiro até agora foram efetuadas 26 detenções com apresentação dos suspeitos a tribunal, sendo aplicado aos mesmos 7 prisões preventivas e 19 proibições de contacto e aproximação da vítima. Neste sentido a PSP continuará a ter uma especial atenção para este tipo de crime. Referiu que as Forças de Segurança infelizmente pouco conseguem fazer, mas em termos de diligências processuais, para que no futuro se evitem reincidências nas agressões continuarão a empenhar-se e dedicarem-se ao máximo.

Relativamente a detenções ao longo deste ano foram efetuadas 178, por vários crimes, verificando-se aqui também uma diminuição entre março (21) e abril (16), voltando o nº a subir em maio para 35.

Quanto aos acidentes de viação verificou-se igualmente uma diminuição com o início do confinamento, mais notória no mês de abril com 31 acidentes, quando em março se tinham registado 79, e em maio voltaram-se a registar 77, o que é um número normal uma vez que a circulação rodoviária no período do estado de emergência era muito reduzida. Verificou-se também uma redução dos feridos leves com 25 em março, 8 em abril voltando a subir para 30 em maio, os feridos graves nos meses de março, abril e maio foi de 1. Desde o início do ano até à semana passada não havia registo de qualquer morto, mas um atropelamento na Estrada Marginal fez um morto. Em período homólogo já tínhamos verificado 3 mortos relativamente a acidentes de viação.

O Sr. Comandante da PSP de Cascais passou então a apresentar as ações desenvolvidas no âmbito do estado de emergência e situação de calamidade, onde foram efetuadas 538 ações de fiscalização, as quais não foram repressivas, frisou que o trabalho das Forças de Segurança e da Policia Municipal foi muito virado para a pedagogia, ou seja sensibilizar os cidadãos para o cumprimento das medidas impostas pelo estado de emergência e calamidade. Mencionou que felizmente grande parte dos cidadãos cumpriu com o que lhe foi pedido. Assim foram empregues nestas ações 2202 agentes desde 12MAR2020 até 15JUN2020, foram fiscalizadas 47962 viaturas, das quais 42020 foram mandadas inverter a marcha no âmbito das medidas impostas do confinamento obrigatório à exceção das que justificassem a sua circulação. Nestas ações também foram fiscalizados os cidadãos que circulavam a pé na área do Município de Cascais e na área de jurisdição da PSP num total de 28248, sendo que 22435 foram mandados regressar a casa. Foram também verificados 1312 cidadãos em confinamento, quer infetados, quer em isolamento profilático. Referiu que este é um trabalho que está destinado às Forças de Segurança.

No que se refere aos estabelecimentos comerciais no período entre 12MAR2020 e 15JUN2020, foram feitas 129 ações de fiscalização e sensibilização, 44 das quais no âmbito da limitação de acesso ao espaço frequentado pelo público. Tendo sido levantados 8 autos devido a infrações verificadas e apenas um auto por obrigação do uso de máscara em transportes públicos.

Assim, mencionou as ações que a PSP tem em execução neste momento e dada a situação que se está a viver com as infeções em Lisboa e Vale do Tejo, foi reforçado o empenho de efetivos nomeadamente nas ações de sensibilização e fiscalização de estabelecimentos comerciais, transportes públicos, verificação de cidadãos em confinamento para evitar uma maior contaminação, prevenção e repressão de ajuntamentos na via pública, que se tem



tornado um hábito na área do Município de Cascais, nomeadamente em parques de estacionamento. Reforço do policiamento de proximidade e trajetos de acesso às zonas balneares, que a PSP todos os anos planeia mas este ano tem que ser reforçado. Referiu que nesta situação tem a PSP tido uma grande preocupação, uma vez que houve duas situações com alguma gravidade mas sobre as quais a PSP teve uma excelente capacidade de resposta, uma vez que na praia de Carcavelos se conseguiu identificar 6 suspeitos da desordem que houve no parque de estacionamento da Pastorinha com a detenção de 3 elementos e apreensão de 5 facas. Depois foi detida outra pessoa passados uns dias na baixa de Cascais, que teve que ver com um roubo num estabelecimento comercial, tendo sido dada uma excelente resposta com a detenção de 3 indivíduos no momento e com investigação muito célere sobre a qual se identificaram 12 suspeitos. Estes processos estão concluídos, e o empenho da PSP elevado. Terminou assim a sua apresentação.

O Sr. Vice-Presidente agradeceu a apresentação e passou de imediato a palavra ao SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Inspetora Coordenadora Rute Esteves -

Cumprimentando todos os presentes deu início à sua apresentação mencionando o papel relevante da Câmara Municipal de Cascais relativamente à atuação na pandemia COVID-19 e na colaboração que tem prestado às Forças de Segurança. Fazendo de seguida um pequeno enquadramento das competências do SEF, uma vez que o mesmo tem uma panóplia de competência, de seguida apresentou o modo de atuação, o universo de estrangeiros em que atuam, a resposta possível do SEF na situação atual, a resposta operacional e por fim lançou um desafio aos conselheiros municipais relativamente a um fórum.

No que diz respeito ao enquadramento do SEF, referiu as competências, que são assegurar o controlo das pessoas nas fronteiras, o controlo dos estrangeiros em território nacional, a prevenção e combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal, tráfico de seres humanos, gerir os documentos de viagem e de identificação de estrangeiros e ainda instruir os processos de pedido de asilo. Todas estas competências giram em torno de 4 grandes eixos, que são a regulação dos fluxos migratórios, a promoção da imigração legal, a luta contra a imigração irregular e a integração dos imigrantes e o asilo. Mencionou que para além de todas estas competências, uma das posições estratégicas pela qual a direção do SEF se tem pautado tem sido pela cooperação interinstitucional a qual é não só a nível nacional, mas Europeu e também internacional, e isto espelha-se nas operações conjuntas dos fluxos migratórios, nas operações de busca e salvamento no apoio aos migrantes (deu como exemplo os migrantes que tem chegado à costa algarvia).

Passou de seguida a apresentar os dados referentes ao concelho de Cascais, que teve um acréscimo de cidadãos estrangeiros residentes. Neste momento verifica-se um total de 30328 residentes estrangeiros. Dentro das nacionalidades europeias o Reino Unido tem em Cascais a residir 2033 cidadãos, a Itália tem 1867, a França tem em Cascais 1293 cidadãos residentes, depois segue-se a Roménia com 1150, e por fim a Espanha com 1072. Quanto aos países terceiros temos naturalmente o Brasil com 9260 residentes, Cabo Verde com 1055, seguido da China com 1290 cidadãos, Ucrânia com 987, e por fim a Guiné-Bissau com apenas 847 cidadãos residentes. Referiu que estes números refletem a realidade com que o SEF se tem de debater diariamente em todas as vertentes que frisou anteriormente. E perguntou como é que podem fazer isto em termos do dispositivo municipal? O SEF pode proceder à avaliação dos cenários de risco, no âmbito das suas competências, uma vez que o SEF tem muitas fontes onde ir buscar informação e trata-la, como não são muitos têm que ser cirúrgicos na análise do risco, referiu. Colaboram na identificação de cidadãos estrangeiros verificando a sua situação documental em Portugal. Facilitam os contactos necessários com as representações diplomáticas dos diferentes países. Colaboram também com o Instituto de Medicina Legal e Polícia Judiciária na identificação de cadáveres estrangeiros. O SEF desenvolve ações de



prevenção e combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal, desenvolve também ações de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.

No que à resposta operacional diz respeito, o SEF disponibiliza o acesso a bases de dados de cidadãos estrangeiros, assim como outros meios de informáticos de identificação e perícia documental, explicou que os crimes com estrangeiros estão muitas vezes relacionados com a falsificação de documentos. Realizam ainda operações próprias ou em conjunto com outros órgãos de polícia criminal (OPC), e fazem análise de risco para uma melhor gestão da atuação operacional.

A Inspetora – Coordenadora Rute Esteves, lançou então o desafio, que começou por lançar: assim disse que há uns anos atrás no Departamento Regional de Investigação e Fiscalização em Lisboa, existia um Fórum o qual tem que ver com o desafio, fórum esse onde as Forças de Segurança se reuniam mensalmente, o anfitrião era a Câmara Municipal, mas esse anfitrião poderia ser rotativo. Essa reunião mensal servia para melhorar a cooperação entre todos e haver um planeamento mensal conjunto de acordo com as prioridades e as denúncias dos diferentes intervenientes, referiu que seria interessante. Passou assim a palavra ao **Inspetor Chefe Luís Oliveira Martins** o qual fez a apresentação sobre a intervenção do SEF no âmbito da pandemia, referiu que em Cascais o SEF tem dois postos de fronteira, um na Marina e outro no Aeródromo de Tires, os quais se revestem de extrema importância no que respeita à situação de entrada para a Europa, frisando assim a importância presença do SEF no concelho, salientou que o aeródromo não é um posto de fronteira mas sim um posto de passagem autorizada. Revelou então os dados relativos aos postos de fronteira até maio deste ano, assim foram efetuados o controlo a 173 aeronaves, o que é um número bastante diminuto, referiu, uma vez que foram cancelados todos os voos em Portugal, com algumas exceções. Mencionou que o mesmo aconteceu com o posto marítimo, onde em igual período foram registados o controlo a 264 embarcações. Relativamente às operações que o SEF desempenha até maio já foram registados 30 processos de afastamento coercivo, o que são bastantes, uma vez que têm vindo a diminuir (em 2019 foram 59), no âmbito da política de imigração que tem sido adotada desde 2012, este é um processo administrativo que é aberto, executado e terminado pelo SEF, explicou, no entanto só se efetuou um afastamento coercivo, uma vez que não se coaduna com a política de integração do cidadão estrangeiro.

Referiu que o SEF gere três estabelecimentos prisionais: Tires com 157 reclusas estrangeiras, Linhó com 109 reclusos e Sintra com 110, explicou que este último está incluído na lista porque o SEF superintende os concelhos de Cascais, Sintra e Mafra com 10 inspetores. Também executa as expulsões judiciais e até maio já efetuaram 19, contra 52 em 2019, explicou que o cidadão estrangeiro é julgado, cumpre pena e muitas vezes é-lhe aplicada a pena acessória de expulsão e o SEF que tem essa incumbência. Foram ainda registados 59 novos processos de averiguações no âmbito de denúncias sobre permanência ilegal, quando em 2019 tinham sido 207. Existem também 41 processos terminados sendo que em 2019 terminaram 208.

Quanto às operações, fizeram 27 operações de fiscalização (72 em 2019), que resultaram em 96 ações de fiscalização a empresas de comércio, restauração, transportes, diversão, bens e serviços (38 em 2019). A justificação para estes resultados é a área bastante alargada de intervenção do SEF e o número de inspetores do SEF, que de 10 passou para 2, uma vez que 8 deles se tiveram de deslocar para a fronteira de Vila Verde de Ficalho aquando do encerramento das fronteiras. Explicou que agora já têm um reforço.

Mencionou que foram feitas 9 operações de fiscalização com outros OPC'S (órgãos de polícia criminal), quando em 2019 tinham sido 38, controlaram 162 estrangeiros e 67 portugueses. Quanto ao abandono voluntário, fizeram 173 notificações, contra 540 em 2019 e foram detidas 4 pessoas, das quais 3 por criminalidade associada (10 em 2019 – 3 com criminalidade



associada). Em termos de colaboração operacional, prestam apoio às Divisões da PSP de Cascais e Sintra, aos Destacamentos da GNR de Sintra e Mafra e ao Subdestacamento de Alcabideche, bem como à Capitania do porto de Cascais e ao Posto Marítimo da Ericeira. Quanto a colaboração operacional efetuam ações conjuntas com a Polícia Municipal de Cascais e Sintra, ACT, ASAE, AT Tributária, AT Aduaneira, Instituto da Segurança Social, IGAC (Inspeção Geral das Atividades Culturais), CPCJ, Lojas do Cidadão, IEFP, Associações de Imigrantes e ainda no dispositivo da época balnear. Salientou que muitas vezes o SEF é chamado a algumas das instituições anteriormente referidas para esclarecer dúvidas ou fazer perícias a documentos.

Terminou a sua apresentação mencionando a última ação conjunta feita com a Câmara Municipal de Cascais, a União de Freguesias de Cascais e Estoril, Delegados de Saúde, Polícia Municipal de Cascais e a Embaixada do Bangladesh, em que intervieram numa loja na Rua Direita, onde foram detetados 22 cidadãos do Bangladesh e um da Índia, na qual se procedeu à sua identificação e ao seu despiste para a COVID-19, tudo terminou em bem.

Após o término da apresentação, o Sr. Vice- Presidente da Câmara Municipal de Cascais, chamou o representante do Destacamento de Trânsito da GNR de Carcavelos para fazer a sua apresentação.

Guarda Nacional Republicana - Destacamento de Trânsito de Carcavelos: representado pelo Alferes Rafael Visitação - O qual iniciou a sua apresentação pelo cumprimento dos presentes passando de seguida a mencionar que a Tenente Inês Rabaça já tinha dito na sua apresentação grande parte do que a Guarda já tinha difundido em termos de operações e orientações pelo que em termos de COVID-19 iria apenas transmitir alguns constrangimentos que a Brigada de Trânsito sentiu e de que forma foram ultrapassados. Trouxe ainda um pequeno enquadramento, a atividade operacional dentro deste ano comparativamente com o ano transato, bem como a criminalidade, sinistralidade e tráfego, bem como as consequências diretas do COVID-19.

A nível do enquadramento, referiu que o Destacamento de Trânsito de Carcavelos se encontra dentro do Comando Territorial de Lisboa, na dependência do seu Comandante e é responsável pela fiscalização, ordenamento e disciplina da circulação rodoviária nas principais vias rodoviárias dos concelhos de Cascais, Sintra, Mafra, Oeiras e Lisboa. Na competência da Guarda esta missão é desenvolvida em duas grandes áreas: na fiscalização e regularização da circulação rodoviária, e de proteção e socorro. Referiu que a responsabilidade da Brigada de Trânsito têm 135.5Km de via, nomeadamente a A5, A16 a A9, N9 até Mafra, Regional 249 até à Ericeira, N116 e N117. Têm ao dispor 19 viaturas auto e 8 motos, para um efetivo de 56 militares.

A nível operacional apresentou os dados entre janeiro e maio de 2020, nos quais se notou uma diminuição geral quer a nível de patrulhamento (-23%), quer a nível de condutores fiscalizados (-48%), tiveram menos contraordenações (-29.9%) e também menos crimes (-42.5%). A nível de patrulhamento, esclareceu que diariamente lançaram não só patrulhas para resposta às ocorrências, mas também destinadas a fiscalização, e neste sentido para responder às medidas de contenção COVID-19 foram reduzidas esse número de patrulhas à fiscalização e enviadas só as patrulhas às ocorrências, diferindo das patrulhas de sensibilização.

Referiu que na criminalidade, os crimes que têm contra as pessoas são ofensas à integridade física, homicídio por negligência (em consequência de acidentes rodoviários) e os crimes contra a vida em sociedade (condução sob o efeito de álcool). A nível de sinistralidade e tráfego relativamente ao ano transato existe uma comparação importante que se deve fazer, pois houve uma redução de 33.3% de acidentes que foi derivada da situação de pandemia e contenção dentro do domicílio, ainda assim houve a lamentar uma vítima mortal na área de intervenção da BT, mas menos um ferido grave e menos 41.1% de feridos leves (83), quando em 2019 foram registados 141.

Apresentou também os dados da BRISA, relativamente ao tráfego da A5 relativos ao período de confinamento, para se verificar o quão reduzido foi o mesmo nesse período, assim existe um tráfego semanal (segunda a sexta) de 153737 veículos, diminuindo drasticamente para na primeira semana de abril atingir o número de 33784 viaturas a passar na A5 em plena via. Informou que o mesmo já se encontra a subir novamente, mas ainda não está nos números iniciais. O mesmo aconteceu na A16, em que existia uma média de 40mil viaturas na primeira semana antes do COVID-19, reduzindo para 75% o número à 6ª semana (5ABR).

Relativamente às consequências e constrangimentos do COVID-19, sentidas pela GNR-DT de Carcavelos, antes das diretivas emanadas pelo Comando Geral, foram sobretudo a aquisição de material sanitário, agradecendo de imediato à Câmara Municipal de Cascais que em muito auxiliou o Destacamento de Trânsito de Carcavelos na aquisição de mascarar e gel desinfetante. No que se refere às condições das instalações, mencionou que as mesmas não estavam preparadas para receber os cidadãos e fazer atendimento com as normas emanadas pela DGS, pelo que foram tomadas medidas por forma a ser mais viável. Outro constrangimento sentido, foi nas situações de possível contágio, que tal como referiu a Tenente Rabaça, frisou, também o Destacamento de Trânsito de Carcavelos fez uma divisão do efetivo por forma a fazer um período de prevenção na habitação e nesse sentido como OPC estávamos em contacto direto com o cidadão, pelo que estávamos muito mais propensos à possibilidade de contágio. Neste sentido foram fiscalizados condutores já com sintomas que se estavam a deslocar para o hospital, ou para fazer o teste de despiste ao COVID-19. Outro constrangimento foi a fiscalização de um cidadão com suspeitas de estar infetado e o militar que o fiscalizou bem como os que tiveram contacto com o militar tiveram de ficar de quarentena noutras instalações até fazer o teste.

Relativamente à redução da fiscalização rodoviária, referiu que esta se reporta à fiscalização da viatura e do condutor, explicou que no confinamento o que foi versado nas operações foi a sensibilização dos condutores e ocupantes.

Explicou que as medidas que foram adotadas para combater o COVID-19, foi a aquisição de *kits* COVID-19 para todas as viaturas afetas ao patrulhamento, no sentido de todos os militares que saiam terem EPI'S, gel, desinfecção das viaturas de serviço, agradeceu novamente à Câmara Municipal de Cascais, e referiu que conseguiram fazer alterações às infraestruturas das instalações no sentido de serem criados dois locais de atendimento ao público já com o vidro de separação, bem como arranjaram uma sala de isolamento para algum possível caso e ainda uma sala para receber queixas com um acrílico.

Quanto às operações COVID-19, foram no sentido da sensibilização e nesse sentido foram duas distintas, as diárias efetuadas pelas patrulhas que se deslocavam para um local verificar



se os condutores podiam estar e circular e qual a sua justificação, meramente de sensibilização. As outras ações estavam vocacionadas para a restrição das saídas dos concelhos de residência, no qual as patrulhas se colocaram nas entradas e saídas do concelho de Cascais, junto à A16 (limite concelho Cascais/Sintra), e ainda a operação junto ao Hospital de Cascais onde foi cortado o trânsito no sentido A5 – Lisboa/Cascais e também A16 em ambos os sentidos, uma operação que deu grande visibilidade, para perceber se os cidadãos estavam a acatar as ordens de não sair do concelho. Informou ainda que têm feito diariamente o acompanhamento de material sanitário dos hospitais em todo o território nacional, bem como o acompanhamento de doentes infetados com COVID-19, deu como exemplo o caso dos hóspedes de um *hostel* em Lisboa, que foram isolados na OTA.

Terminou a sua apresentação, agradecendo a atenção dos presentes.

O Sr. Vice-Presidente, passou então a palavra ao **Comandante Paulo Santos do Secretariado das Associações de Bombeiros do Concelho de Cascais**, o qual apresentou os cumprimentos a todos os presentes iniciando a sua apresentação falando da ligação entre o *safety* e o *security*, transmitindo assim algumas informações relativas ao COVID-19.

Referiu que como todos sabiam no concelho de Cascais existem 4 freguesias para as quais concorrem 5 corpos de bombeiros nomeadamente; Alcabideche, Cascais, Estoril, Parede e São Domingos de Rana, esta é a distribuição do Município, para cerca de 400 elementos entre voluntários e profissionais nas diversas carreiras. Relativamente a meios operacionais mencionou que genericamente dispõem de 30 veículos de combate a incêndios urbanos e florestais, 4 de salvamento e desencarceramento, 25 ambulâncias, 2 veículos com meios elevatórios e 2 embarcações e 14 de apoio às operações.

No âmbito do COVID-19 foram realizados pelos bombeiros 758 transportes de casos suspeitos e confirmados apenas no Município de Cascais, referiu que os Bombeiros de Alcabideche tem uma ambulância de evacuação sanitário às ordens do Comando Distrital de Operações e Socorro (CDOS) e que participa nas evacuações no distrito de Lisboa, tiveram ainda o registo de 3 bombeiros infetados, num total de 59 bombeiros que foram afetados, uma vez que durante algum período estiveram em isolamento profilático ou quarentena, e neste caso salientou que no período de 4 a 11ABR2020 o quartel dos Bombeiros de Cascais suspendeu a sua atividade por orientações da Delegada de Saúde, como medida preventiva de controlo de possíveis casos COVID-19 devido a um caso suspeito.

Referiu que relativamente ao impacto da COVID-19 no município, mencionando que os dados se reportavam ao período entre 1JAN2020 e 31MAI2020 e extrapolando o que aconteceu no ano passado, disse que se poderia ver que relativamente ao número de agressões/violações (explicando que só as autoridades policiais é que decidem no final do processo o que realmente é) houve um aumento de 6.54%, uma vez que em 2019 houve 100 e em 2020 se registaram 107, no que diz respeito a suicídios ou homicídios no forma tentada, tivemos 0%, ou seja em 2019 e 2020 houve 26 casos. Quanto a suicídio/homicídio consumado houve um aumento de 100%, uma vez que em 2019 tivemos 3, e este ano tivemos 6. Explicou que estes números são apenas os que tiveram a intervenção dos bombeiros.

No que se refere à atividade geral dos bombeiros e até 31MAI2020, foram registados 103 mortos, 3313 feridos e assistidas 223 pessoas. Esclareceu que quanto aos mortos, aqui não se englobam apenas os números da sinistralidade rodoviária, mas também o número de mortos de doença súbita. Agradeceu e terminou assim a sua apresentação.

Neste sentido o Sr. Vice-Presidente agradeceu a todos pelas suas apresentações e abriu um período de debate:

Tomou então a palavra o **Professor Carlos Pires, representante dos Agrupamentos de Escolas de Ensino Público**, que apresentou as felicitações pelas apresentações feitas e agradeceu a colaboração das Forças de Segurança têm com as Escolas através do programa "Escola Segura", com todas as ações de sensibilização, acima de tudo, e não apenas por situações pontuais em que a escola tem de chamar a policia porque um encarregado de educação se exaltou dentro do recinto escolar. Mencionou que devido À pandemia houve um período de confinamento sem alunos e agora com o desconfinamento, os alunos voltaram à escola (10º e 11º anos), estando as Forças de Segurança novamente presentes não no interior, mas à porta dos estabelecimentos de ensino para sensibilizar os jovens a cumprir as normas de segurança difundidas pela DGS. Realçou ainda uma preocupação que é a falta de meios efetivos, nomeadamente viaturas, uma vez que quando são chamadas as Forças de Segurança que fazem parceria muitas vezes se deslocam a pé de uma escola para outra para fazerem o seu serviço, o que não torna tão eficaz a sua resposta. Por último agradeceu ao Município a colaboração que deu a todos os Agrupamentos de Escolas através do fornecimento de EPI'S e higienização os espaços.

Tomou então a palavra a **Sra. Eng^a. Rita Sousa, Diretora do Departamento de Autoridade Municipal de Transportes (DAT)**, referindo que têm tido um trabalho de colaboração com as Forças de Segurança. Informou que no DAT são feitos relatórios bimensais e ao longo destes 4 meses, de janeiro até agora, frisou, só houve 3 ocorrências mais graves: uma em janeiro e fevereiro e uma agressão a um motorista, sendo esta a mais grave, as outras foram danos materiais. Agradeceu a colaboração com a Policia Municipal, face às regras adotadas para os transportes públicos e sua capacidade, não houve qualquer situação efetiva de agressão nas viaturas, nem danos materiais, o que houve foram apenas sentimentos de insegurança e alguns tumultos, assim foi pedida a colaboração da Policia Municipal, que prontamente se disponibilizou, passando a haver um sentimento de segurança ficando todas essas questões resolvidas. Agradeceu a intervenção.

O Sr. Vice-Presidente passou a palavra ao **Sr. Mário Silva do Espaço V** – Instituição Especializada de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica do Concelho de Cascais, referindo que como um dos temas hoje em agenda no CMS era a Pandemia e a Violência Doméstica, achou pertinente vir fazer uma pequena intervenção para partilhar aquilo que é uma preocupação

embora já tenha sido abordado por outros. Mencionou que como são uma associação e não são uma Força de Segurança, ao lidarem com as pessoas também estão preocupados com os números atrás referidos e o impacto na pandemia. Frisou que o Espaço V, manteve sempre as suas portas abertas, embora com alterações e adaptações da equipa, aproveitando a oportunidade para agradecer à Câmara Municipal de Cascais o apoio que deu sobre tudo no fornecimento de EPI'S que permitiu manter o atendimento direto à população. Referiu que também tiveram, à semelhança do atrás referido, de ter dois campos distintos, assim por um lado interromper processos que estavam a acompanhar e as pessoas ficaram em confinamento, explicou que mesmo tentando fazer esse acompanhamento por telefone com as pessoas enclausuradas com o agressor esse acompanhamento é arriscado), e por outro lado a falta de acesso das pessoas aos meios normais de denuncia que já em condições normais não são fáceis, então agora neste contexto se degradaram muito. Com isto quis dizer que os números da criminalidade desceram muito, porque não havia ninguém na rua, portanto é normal que não houvesse carteiristas, mas a violência doméstica como todos sabemos passa-se muitas vezes entre quatro paredes, por isso este abaixamento de números requer de todos uma reflexão importante e perceber o que se vai seguir agora e o que se passa com estas pessoas que deixaram de aceder aos serviços. E para terminar, partilhou a ideia inicial a qual foi mesmo no período do estado de emergência com todas as dificuldades que as instituições passaram foi fundamental a continuação da articulação estreita quer com a PSP, quer com a GNR, quer ainda com o Ministério Público para intervir em situações que chegaram ao Espaço V algumas delas com gravidade.

Terminou a sua intervenção com o alerta do que para a instituição que representa – Espaço V – é absolutamente necessário, que é o ficarem ainda mais atentos, ainda mais despertos para esta realidade que agora vai despertar novamente, agradeceu assim às Forças de Segurança e à Câmara Municipal de Cascais a excelente colaboração.

Não havendo mais inscrições, o Sr. Vice-Presidente deu por encerrado o debate e apresentou as considerações finais, apresentou as desculpas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais e do Conselho Municipal de Segurança não estar presente por razões pessoais, deu as boas vindas a todos os Conselheiros que tomaram posse neste Conselho Municipal de Segurança e deixou uma mensagem final agradecendo a todos as palavras que foram dirigidas à Câmara Municipal de Cascais e considerou que esse foi um trabalho de mais de três mil trabalhadores municipais e também dos 214 mil cidadãos do município de Cascais, portanto, estamos todos de parabéns, uma vez que funcionámos todos como equipa, não só as instituições representadas no Conselho Municipal de Segurança, mas todos os cascalenses. Referiu que Portugal deu uma boa resposta à pandemia, mas Cascais deu uma resposta ainda melhor e isso foi motivo de orgulho e de aprendizagem sendo um caso de sucesso.

Deixou assim um profundo agradecimento às Forças de Segurança e frisou que podem continuar a contar com a Câmara Municipal de Cascais para apoiar a equipar e dar todos os meios necessários e suficientes para a execução das suas missões, uma vez que as suas missões são as missões da Câmara e que é garantir a segurança e a estabilidade aos cascalenses e a quem visita o Concelho.



E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada em Conselho Municipal de Segurança, vai ser assinada pelo Presidente.

O Presidente do Conselho Municipal de Segurança



Carlos Carreiras